

Aconteceu



As perdas salariais com a inflação ascendente não serão compensadas pelo gatilho de 20% instituído pelo governo e deverão superar os níveis registrados entre 1982 e 1984. (Ver pág. 2)

ARROCHO SALARIAL

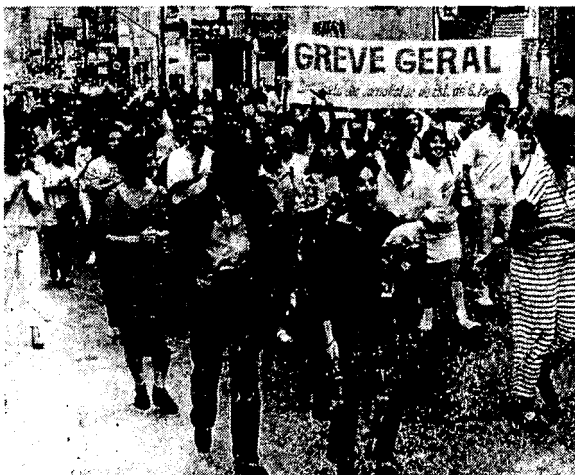
KARDEX
MC
PP
DOC. GERAL

A perda salarial entre 31/03/86 e 31/03/87 (1)

Data	inflação %	Salário (Cz\$)	
		nominal	real
Março/86	—	1.000,00	1.000,00
Dezembro/86	22,16 (2)	1.000,00	818,60
Disparo do gatilho			
31/jan/87	16,00 (3)	1.200,00	847,00
28/fev/87	19,00 (3)	1.200,00	712,00
Disparo do gatilho			
31/mar/87	25,00 (3)	1.440,00	683,29

(1) Tendo como exemplo um trabalhador com salário de Cz\$ 1.000,00, em março de 1986, com data-base na mesma data; (2) IPC acumulado de março a dezembro/86; (3) IPC estimado para o mês.

Robson Martins



CUT: Povo na rua contra política econômica

A primeira etapa do processo de mobilização será desencadeada no próximo dia 23, com a realização de atos públicos e manifestações nas principais capitais do país. (Ver pág. 2)

Aconteceu

Nº 398 - Fevereiro/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloíza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Zwinglio Mota Dias

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual: Cz\$ 120,00 Assinatura de apoio: Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

CONSTITUINTE TEM QUATRO PROJETOS DE DIRETAS JÁ

Só falta ficar pronto o regimento da Assembléia Nacional Constituinte para o Congresso Nacional começar a fervilhar com propostas de redução do mandato do presidente Sarney. O PDT, o PT, o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) e o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) já têm prontos projetos de ato, resolução ou lei constitucional, todos com o mesmo fim: fixar eleições diretas exatamente na hora em que se encerrarem os trabalhos da Constituinte. "Se a nova Constituição for mesmo promulgada no dia 7 de setembro, como deseja o deputado Ulysses Guimarães, poderemos ter eleições diretas ainda no dia 15 de novembro", prevê Lysâneas Maciel, dono também de uma proposta alternativa. Ele acha que, além da manifestação livre e soberana do povo pelo voto, o presidente tem ainda uma forma de legitimar seu mandato: removendo todo o entulho autoritário e deixando a Constituinte agir soberanamente. A proposta do seu partido é mais radical e deverá ser formalizada ainda hoje: o líder Brandão Monteiro (RJ) tem em mãos um projeto de lei constitucional estabelecendo que, 60 dias depois de promulgada a nova Constituição, o país deverá ter eleições diretas para presidente da República. (JB - 17/2/87)

SARNEY VETA RETIRADA DAS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

O Governo vai colocar em ação sua base de apoio na Assembléia Constituinte para evitar que as medidas de emergência sejam retiradas do atual texto constitucional, como querem setores "progressistas" do PMDB, e as bancadas do PT, PDT, PC do B e PCB. A posição do Executivo foi colocada pelo próprio Presidente José Sarney, no encontro que teve domingo à noite com o Presidente da Assembléia, da Câmara e do

PMDB, Ulysses Guimarães. Em seguida ao encontro no Palácio da Alvorada, Ulysses expôs, na mesma noite, as posições de Sarney a um grupo de parlamentares do PMDB, que reuniu na residência oficial da Presidência da Câmara. Ele explicou que a reação do Governo à retirada das medidas de emergência não significa que pretenda utilizá-las. A posição do Presidente, segundo Ulysses, é de que a retirada das medidas de emergência abriria um precedente perigoso, colocando em jogo a duração do mandato presidencial. Ou seja, da mesma forma que a Constituinte poderia retirar as medidas de emergência, poderia encurtar o mandato de Sarney. O precedente estaria aberto, conforme a visão do Palácio do Planalto. Nesta etapa de negociações, ao que tudo indica, a orientação do Governo está sendo acatada. No trabalho de elaboração do Regimento Interno da Constituinte, por exemplo, o Líder do PMDB no Senado e relator da matéria, Fernando Henrique Cardoso, ignorou todas as propostas no sentido de facultar aos constituintes a possibilidade de alterar a Constituição vigente. (O GLOBO - 17/2/87)

IGREJA PROPOE CONSTITUINTE MAIS POPULAR

A Igreja Católica de São Paulo pretende participar intensamente dos trabalhos da Constituinte caso haja espaço para que sejam examinados projetos que contenham mais de 30 mil assinaturas. Quem garante essa participação, baseada na capacidade mobilizadora da Igreja, é o presidente da regional sul da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), Angélico Sândalo Bernardino, responsável também pela regional de São Miguel Paulista da Arquidiocese de São Paulo. "Minha posição é a de mobilizar o povo de Deus somente se a Constituinte aceitar a proposta do plenário pró-participação popular", condiciona dom Angélico. "Se os constituintes a aceitarem, estarão abrindo uma janela para que haja um mínimo de participação popular na

nova Carta, intenção essa que já foi uma vez sonhada ao se convocar uma Constituinte congressional". A proposta a que se refere o bispo, conhecido por seu engajamento em questões sociais na periferia de São Paulo, é de que "petições subscritas por mais de trinta mil cidadãos, ou um conjunto de no mínimo duas entidades da sociedade civil, com mais de 30 mil associados", sejam votadas na Constituinte. (JB - 15/2/87)

AGÊNCIA DA CNBB LEVA CONSTITUINTE ATÉ A FRONTEIRA

Localizado na fronteira com a Bolívia, o município de Guajará-Mirim (RO) é um dos muitos que estão sendo diariamente municiados com informações sobre o dia-a-dia dos parlamentares responsáveis pela elaboração da nova Constituição. A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), preocupada com as "distorções" das informações veiculadas pelos meios de comunicação, criou a ANA (Agência de Notícias Alternativa), para enviar boletins diários sobre os trabalhos na Constituinte. O padre Arnaldo Beltrami, assessor de Imprensa da CNBB, redige os boletins com as informações coletadas pela comissão encarregada de acompanhar "de perto" as discussões de plenário e de bastidores. Através do terminal de telex nº 1104, instalado na sede da entidade em Brasília, ele e a operadora Glaci de Brito Barroso distribuem os boletins às emissoras católicas. (JB - 12/2/87)

Política Nacional

ARROCHO SALARIAL VAI SUPERAR O DE 82

A explosão inflacionária esperada para os meses de fevereiro e março acarretará o maior arrocho salarial da história recente do país, conforme números levantados pelo economista José Márcio Camargo, do Departamento de Economia da PUC (RJ). As

perdas salariais com a inflação ascendente não serão compensadas pelo gatilho de 20% instituído pelo governo e deverão superar os níveis registrados entre 1982 e 1984, quando houve uma perda aproximada de 20% no salário médio do trabalhador brasileiro. A inflação estimada para o mês de janeiro é de, no mínimo, 16%, o que significa que os trabalhadores com data-base de reajuste em março (os primeiros a terem direito ao gatilho de 20%, a partir de janeiro) já receberam seus novos salários no final de janeiro embutindo uma perda de 18,09%. Quanto maior a inflação, maior será a perda acumulada dos salários, pois o gatilho compensará apenas 20% a cada disparo, independente do índice superar essa marca. O problema da perda salarial se agrava ainda mais quando sabe-se que a expectativa de inflação para fevereiro é de um índice nunca atingido no país. Os mais otimistas trabalham com um IPC (restrito) de 19% para fevereiro e de 25% para março. Voltando ao exemplo do trabalhador com data-base em março, haverá um novo disparo do gatilho, em março, caso a inflação chegue a 19% em fevereiro. Como esse trabalhador já acumula uma perda de 18,09% no salário de janeiro (que só foi recebido no final do mês), seu salário real de fevereiro será pago no final do mês com uma defasagem de 40,52%. Para esse mesmo trabalhador, o gatilho será disparado a partir de primeiro de março, para quando estima-se uma inflação de 25%. Ao receber no final de março, já com o efeito do segundo disparo do gatilho, esse trabalhador acumulará uma perda da ordem de 46,38%. O economista José Márcio Camargo lembra também que arrocho salarial é um dos primeiros indicadores de que a economia caminha para um processo recessivo. (JB - 11/2/87)

CUT COMEÇA A MOBILIZAR DIA 23

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) quer colocar o povo nas ruas contra a política econômica do governo e, assim, forçar o atendimento das reivindicações sindicais. A primeira etapa do processo de

mobilização será desencadeada no próximo dia 23, com a realização de atos públicos e manifestações nas principais capitais do país. Até o dia 27, a CUT comandará o que denominou "campanha do não deu certo", numa alusão ao fracasso do Plano Cruzado. Ao traçar um diversificado calendário de mobilização - que será divulgado no próximo dia 18 - e tentar reviver o clima gerado no país durante a campanha das diretas-já, em 1984, a central sindical muda de estratégia. Numa demonstração de amadurecimento político, espera costurar a teia de apoio popular antes de se lançar à arriscada empreitada de uma nova greve geral. Na busca de sustentação popular para as reivindicações sindicais, a CUT irá articular seu calendário com outras entidades do movimento sindical e popular. Não pretende, contudo, ficar na dependência das demais correntes sindicais para jogar sua campanha nas ruas. Ontem, representantes da CUT, da Central Geral dos Trabalhadores e da União Sindical Independente, além de membros de diferentes confederações, estiveram reunidos para redigir o documento único a ser encaminhado ao Presidente Sarney. No final, prevaleceu a idéia de enviar um documento sucinto, apresentando as dezenove reivindicações acertadas entre os sindicalistas, na plenária intersindical do último dia 5 de janeiro, em Brasília. A pauta unitária dará ao Presidente um prazo até o próximo dia 30 de março para responder às reivindicações como reajuste geral dos salários, reajustes mensais com base na inflação real elaborada com a participação de DIEESE, reforma agrária, fim da sangria externa e garantia e estabilidade no emprego e 40 horas semanais. (JB - 12/2/87)

DANTE PROPOE DESCENTRALIZAR EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, começou a enviar ontem aos Governadores eleitos a proposta de descentralização da reforma agrária, aprovado pelo Presidente José

Sarney na última quinta-feira. Segundo o documento, a co-participação dos Governos estaduais objetiva "assegurar o sucesso" do programa, que tem sofrido obstáculos de natureza técnica, financeira e político-institucional. O Ministro diz aos Governadores que a descentralização deverá ser progressiva, mas obedecendo ao programa de metas estabelecido nos Planos Regionais de Reforma Agrária. E informa os pré-requisitos para que o Estado integre a proposta: comprometimento efetivo do Estado com a execução da reforma agrária, capacidade operativa dos órgãos estaduais para assumir os encargos na execução do programa e "abertura" para a adoção das diretrizes gerais e normas operacionais determinadas pelo Ministério e pelo Incra. Os recursos financeiros para que os Governos estaduais assumam tarefas executivas da reforma serão transferidos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), dos orçamentos do Ministério da Reforma Agrária, do Incra e de outros Ministérios envolvidos com o programa. A descentralização será feita através de convênios e contratos. (O GLOBO - 14/2/87)

Trabalhadores Urbanos

CUT: CAMPANHA SALARIAL

O índice de reajuste salarial pleiteado pelos sindicatos de metalúrgicos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) "foge mais uma vez da realidade que as empresas estão vivendo", segundo Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14 da Fiesp - que congrega os 22 sindicatos patronais do setor. O índice de reajuste a ser reivindicado nas negociações com a Fiesp, quando da renovação do contrato coletivo de trabalho dos metalúrgicos organizados pela CUT, representa 11,7% de aumento real e 54% a título de reposição de perdas. Os percentuais já foram aprovados na assembléia da base de São Bernardo do Campo e Diadema no último final de semana e devem receber nos próximos dias o

referendo também nas demais áreas metalúrgicas: Santo André, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Jundiaí, Mogi Mirim, Itu, Limeira e Piracicaba, num total de 410 mil trabalhadores. A pauta de reivindicações dos metalúrgicos destaca ainda escala móvel mensal, jornada semanal de 40 horas e piso salarial de acordo com o salário mínimo segundo o Dieese - deve ser encaminhada ao Grupo 14 da Fiesp dentro de duas semanas. (ESP - 10/2/87)

GREVE CONTINUA NA COSIPA E SERÁ JULGADA NO TRT

A fábrica de oxigênio da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa - Cubatão) continua ocupada pelos grevistas que, com ameaça de explodí-la, conseguiram estabelecer uma trégua com as tropas da Polícia Militar. O ambiente é tenso, mas não se deram novos choques como nos dias anteriores. Sete diretores do Sindicato dos Metalúrgicos continuam presos, sem abertura de inquérito, e sua libertação é agora a reivindicação básica para o acordo entre grevistas e a empresa. O Tribunal Regional do Trabalho julgará o dissídio instaurado pela empresa amanhã às 13h, em São Paulo. À noite será realizada assembleia geral para definir os rumos do movimento já com base na decisão do Tribunal. Até lá, a greve continua. Os trabalhadores reivindicam 39% de reposição salarial. A usina permanece ocupada pela Polícia Militar, que patrulha as áreas mais importantes, mas não realiza qualquer ação contra os grevistas, depois do acordo feito com a empresa. A ocupação da fábrica de oxigênio era reconhecida ontem, oficialmente, bem como a ameaça dos trabalhadores de danificá-la. Como se trata de setor vital, foi acertada uma trégua até uma decisão final sobre a greve. A paralisação maior se dá nas áreas de laminação, chapas grossas e manutenção. (O GLOBO - 15/2/87)

ATO PÚBLICO APÓIA GREVE DA COSIPA

Cerca de 150 pessoas, incluindo vereado-

res da Baixada Santista, líderes sindicais e de partidos políticos, participaram do ato público em solidariedade à greve da Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, em Cubatão (58 km a sudeste de São Paulo), ontem de manhã. A manifestação foi tranquila e o policiamento, realizado por seguranças da empresa, em vez da Polícia Militar. As 13h de hoje, o Tribunal Regional do Trabalho julga a legalidade da paralisação, iniciada quinta-feira passada, e no final da tarde os metalúrgicos, em assembleia, decidirão os próximos passos. A categoria reivindica reajuste de 39,4%. (FSP - 16/2/87)

METALÚRGICOS AFETADOS POR BENZENO ACUSAM A COSIPA

Cerca de mil metalúrgicos contaminados por vapores de benzeno realizaram passeata ontem pelas ruas de Santos, protestando contra a intenção da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) de fazê-los retornar às funções de origem. Os trabalhadores, que apresentam quadros variados da doença conhecida como leucopenia, exigem o afastamento da produção para todos os afetados e perícia independente feita pelo Inamps e não pela empresa, como ocorre atualmente. Durante o trajeto de cinco quilômetros, os trabalhadores gritaram palavras de ordem contra o departamento médico da empresa, acusado de pressionar as altas dos doentes e impedir o afastamento de novas pessoas consideradas afetadas. Atualmente, cerca de 800 dos quase dois mil trabalhadores afetados estão afastados da produção. Segundo o sindicato, eles não se recusam a trabalhar, mas exigem transferência para setores livres das emanações de benzeno, que podem agravar a doença até um quadro irreversível, chegando à leucemia na fase final. A leucopenia é caracterizada pela redução dos glóbulos brancos do sangue, em decorrência de envenenamento químico, com a consequente perda da capacidade de imunização do organismo. (O GLOBO - 12/2/87)

GREVES

A direção da fábrica de lanternas para veículos Polimatic, de Diadema, demitiu ontem por justa causa 136 do total de 1.500 funcionários, em greve há seis dias. A informação é do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, mas não foi confirmada pela empresa. Quase três mil trabalhadores pararam ontem a produção de cinco empresas dos setores metalúrgico, químico e de vestuário do ABC. Além dos empregados da Polimatic, estão em greve há uma semana 170 do total de 250 empregados da fábrica de bombas hidráulicas Sulzer Weise, também de Diadema. Nas duas empresas, os movimentos foram deflagrados basicamente por aumento real. No setor químico, os 240 operários da indústria de detergentes Itamarati, de São Bernardo do Campo, entraram ontem no segundo dia de paralisação. Eles reivindicam 40% de aumento real e melhores condições de trabalho. Houve tentativa de negociação à tarde mas, diante do impasse, o movimento deve ir a julgamento. Também a direção da indústria de lingerie Valisère, instalada em Santo André, solicitou ao Tribunal Regional do Trabalho o julgamento da greve dos funcionários, deflagrada na última quarta-feira. Os mil empregados da Valisère - 85% são mulheres - reivindicam 70% de aumento real, estabilidade no emprego, redução da jornada de 48 para 40 horas semanais, melhores condições de trabalho e comissão de fábrica. (ESP - 10/2/87)

METALÚRGICOS EM GREVE

Metalúrgicos de mais três empresas entraram ontem em greve, totalizando em São Paulo, 6.960 empregados de nove indústrias parados, informou a assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. As três empresas são a Carto, com 1.200 trabalhadores reivindicando reajuste salarial de 20%, equiparação salarial e jornada de 40 horas semanais; a Rolamento FAG, com 1.800 funcionários, que querem 30% de aumento real; e a Colméia, com 800 ope-

rários pedindo também 30% de aumento real. (ESP - 11/2/87)

BANCÁRIOS QUEREM 100% DE REAJUSTE SALARIAL

Desde ontem, os 700 mil bancários do país estão oficialmente em campanha salarial, com a entrega da pauta de reivindicações à Federação Nacional dos Bancos (Fenaba). Eles pedem um aumento de 100% sobre os salários atuais - independente do gatilho, já detonado pelas instituições financeiras -, além da implantação do sistema de reajustes mensais, calculados com base no índice de inflação apurado pelo Dieese. Entre as lideranças bancárias, há o consenso de esperar uma resposta patronal até o dia 12 de março. Deflagrada fora da data-base - em setembro -, a campanha salarial dos bancários vem acompanhada por inovações políticas. Ontem, o superintendente de relações trabalhistas da Fenaba, Alencar Rossi, ficou surpreso ao receber duas pautas de reivindicações. Uma foi encaminhada em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), endossada também pela Federação Estadual dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A outra pauta partiu do Departamento Nacional dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores, que inclui mais alguns itens no roteiro para negociação: piso salarial para escriturários e portaria de Cz\$ 4.884,60; de Cz\$ 5.617,29 para caixas e digitadores; de Cz\$ 6.105,75 para comissionados; além de estabilidade no emprego, comissão sindical de banco, adicional de insalubridade de 25% nas regiões onde não houver serviço de previdência e incorporação de todos os funcionários do Banco Nacional de Habitação pela Caixa Econômica Federal. Pela primeira vez, ao se encaixar pautas diferentes, vêm à tona as diferenças que dividem o movimento sindical no que se refere à sua estrutura. A CUT tenta sentar à mesa de negociações com os banqueiros mantendo sua estrutura interna, ou seja, organizada em departamentos profissionais que aglomeram diver-

dos sindicatos de categorias iguais, como é o caso dos bancários. A Contec e a Federação dos Bancários tentam reforçar a atual estrutura sindical, na defesa da sua sobrevivência. Além disso, a CUT contesta a legalidade e a legitimidade de a Federação dos Bancários e da Contec firmarem acordo em nome dos sindicatos, entidades que estão mais diretamente ligadas aos trabalhadores. "Queremos romper com essa estrutura sindical imposta pelo estado", anunciou Gilmar Carneiro dos Santos, do departamento dos bancários, na entrega da pauta de reivindicações. (JB - 13/2/87)

Trabalhadores Rurais

COLONOS DO PARÁ DIZEM A DANTE QUE PM OS PRENDEU E HUMILHOU

No dia 3 deste mês, 100 soldados da Polícia Militar do Pará, comandados pelo coronel Antonio Carlos e chefiados pelo capitão Saldanha, prenderam 80 lavradores em quatro fazendas dos municípios de Paraúnas e Monte Santo (sul do Pará), região conhecida como Polígono do Castanhal. Sem mandado judicial, os soldados detiveram os lavradores por dois dias na fazenda Bamerindus. A ação foi denominada pela própria PM de Operação Desarmamento, mas compreendeu, ainda, a violentação de duas mulheres, incêndio de casas, furto de dinheiro e corte de cabelo de lavradores com facões. Além disto, os soldados obrigaram vários deles a comer fezes. Estas denúncias foram levadas ao ministro Dante de Oliveira, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, por uma comissão de lavradores, acompanhados pelo coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, padre Ricardo Bezerra, pelos deputados federais Ademir Andrade (PMDB-PA) e Luís Gushiken (PT-SP), além de três vereadores da região de Xingóara (sul do Pará) e representantes de sindicatos rurais e Contag. A operação chamada de desarmamento serviu para cobrir atos de violência em defesa do latifúndio e a ação contra os lavradores, agravando ainda mais o quadro

de violência da região - afirmou o padre Ricardo Bezerra. (JB - 12/2/87)

SEM-TERRA ORGANIZAM CARAVANA A BRASÍLIA

A organização de uma caravana nacional de lavradores que irá a Brasília, em data ainda não definida, para pressionar o Congresso constituinte em favor da reforma agrária, é uma das prioridades do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra para o primeiro semestre deste ano, de acordo com as resoluções de seu 3º Encontro Nacional, realizado de 19 a 23 de janeiro último. Participaram do encontro 170 representantes dos sem-terra de dezessete Estados brasileiros, além de delegados de regiões em que o movimento está em fase de organização. Além da pressão sobre o Congresso constituinte, o movimento decidiu consolidar suas coordenações municipais, estaduais e nacional e estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais em todo o país. (FSP - 10/2/87)

LAVRADORES DENUNCIAM ESCRAVIDÃO

Mais de 60 trabalhadores rurais do interior do Maranhão denunciaram ontem que foram aliciados irregularmente por um empreiteiro do grupo João Santos e transportados em um caminhão para Pernambuco, onde foram obrigados a trabalhar em regime de semi-escravidão para a Usina Santa Teresa, em Goiana, Zona da Mata do estado, a 60 quilômetros de Recife. A denúncia foi feita ao delegado regional do Trabalho, Gentil Mendonça, que mandou investigar os fatos. Trabalhamos 10 dias e, quando fomos receber, a maioria só tinha ganho mesmo a comida servida no barracão - contou o trabalhador Manoel Fernandes de Lima, um dos líderes do grupo que esteve na DRT. (JB - 11/2/87)

COLONOS DA FAZENDA ANNONI HÁ UM ANO ESTÃO SEM COMIDA

Há quase um ano e meio acampado na fazen-

da Annoni, em Sarandi, a 326 quilômetros da capital gaúcha, as 1 mil 500 famílias de colonos sem terra estão passando dificuldades com a falta de alimentos. No início deste ano, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, suspendeu o envio de alimentos que vinha sendo feito regularmente para o acampamento, justificando que os recursos serão destinados aos assentamentos em áreas desapropriadas. Com a liberação dos 3 mil hectares desapropriados na fazenda Annoni, 200 famílias destacadas para a área estão plantando suas lavouras e, ao mesmo tempo, cultivam hortas comunitárias para garantir o sustento até a época da colheita. No entanto, o produto das hortas somente estará disponível para o consumo no final de março, obrigando os colonos a sobreviver de doações de alimentos feitas por entidades religiosas, que são insuficientes. (JB - 9/2/87)

VIOLÊNCIA EM SERGIPE

Quatro soldados, chefiados por um sargento, tentaram expulsar 56 famílias residentes na fazenda Borda da Mata, em Canhoba, Sergipe, segundo denunciou, ontem, o coordenador do Comitê de Apoio Permanente e Luta dos Trabalhadores, Rosemiro Magno. Depois de ameaçar as famílias com metralhadoras os militares pegaram os instrumentos de trabalho dos lavradores e se retiraram. A fazenda Borda da Mata já foi desapropriada pelo governo federal. (ESP - 14/2/87)

AGRICULTORES COMEMORAM POSSE DA TERRA

Já instalados próximo à área em que serão assentadas e contando com um pequeno galpão, além de uma cacimba que garante o abastecimento de água potável, as 82 famílias de antigos posseiros do Engenho Pitanga, no município de Igarassu, comemoraram ontem o primeiro aniversário da luta pela posse da terra. No ano passado, essas famílias ficaram dois meses acampadas em frente ao Palácio das Princesas,

reivindicando a desapropriação das terras em que seriam assentadas. Elas estão agora numa área provisória, enquanto aguardam que o Incra faça a demarcação dos lotes que cada uma receberá. Os próprios agricultores estão trabalhando na demarcação junto com os técnicos para apressar o assentamento. Ontem à tarde, os agricultores fizeram uma grande festa. Foi celebrada a missa e depois um conjunto regional animou o baile. (O GLOBO - 9/2/87)

SEM-TERRA

O movimento de Trabalhadores Sem terra do Espírito Santo, mais a CUT, Comissão Pastoral da Terra, Arquidiocese de Vitória, Dioceses de São Mateus e de Cachoeiro e Igreja de Confissão Luterana estão organizando a Romaria Libertadora da Terra, uma marcha de trabalhadores rurais programada para sair de São Mateus dia 8 de março e chegar a Vitória dia 20. O objetivo é pressionar o governo do Estado para que implante, o mais rapidamente possível, o Plano de Reforma Agrária do Espírito Santo. Dia 23, a comissão organizadora da marcha se reúne, às 14 horas, no Ipav, para discutir a sua preparação. (A GAZETA/ES - 12/2/87)

Igrejas

IGREJA OUVI BASES PARA DEFINIR PRIORIDADES DE ATUAÇÃO

Com base no método do planejamento participativo, a Arquidiocese de São Paulo está mobilizando quatrocentas paróquias, em nove regiões episcopais (Osasco, Lapa, Santana, São Miguel Paulista, Belém, Sé, Ipiranga, Itapeverica da Serra e Santo Amaro) e 1.200 CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) na preparação do seu quinto plano pastoral de conjunto que definirá suas prioridades de atuação para o período 1987/1990. A partir da avaliação do trabalho realizado entre 1984/1986, os vários organismos da maior arquidiocese do mundo católico definiram, preliminarmente,

te, quinze áreas prioritárias para a ação da Igreja, das quais cinco serão escolhidas numa assembléia arquidiocesana, em 15 de maio próximo, transformando-se, depois, no plano de atividade da Igreja na região metropolitana. As quinze prioridades já apontadas são moradia, menor abandono, trabalho, saúde, educação, família, juventude, fé e compromisso social, ecumenismo, pastoral sacramental, formação de leigos, ministérios na Igreja, dimensão eclesial missionária, comunidade e participação, além de comunicação social. (FSP - 15/2/87)

D. BENEDITO E D. LUCIANO SÃO OS FAVORITOS PARA PRESIDIR A CNBB

O arcebispo de Uberaba (MG) e atual vice-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Benedito Ulhôa Vieira, e o atual secretário-geral da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, lideraram as preferências, no episcopado brasileiro, para a presidência da terceira maior conferência episcopal do mundo católico (após a italiana e a norte-americana) nas eleições a serem realizadas na segunda quinzena de abril próximo, em Itaipava, São Paulo. São seguidos, de perto, pelo bispo-auxiliar de São Paulo, d. Celso Queiroz, também cotado para a secretaria-geral, por já ter atuado na CNBB como assessor da área de planejamento pastoral. A candidatura de d. Luciano ainda é a mais forte, embora seu nome possa ser descartado nas eleições da CNBB caso seja eleito, no final de março, em Itaipava, Paraguai, para a secretaria-geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano). No bloco considerado "conservador" da CNBB, o nome mais cogitado continua sendo o do arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, um histórico torcedor do Atlético Mineiro. Ele tem o apoio do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales e dos arcebispos de Porto Alegre (RS), d. Cláudio Colling, e de Brasília (DF), d. José Freire Falcão. (FSP - 9/2/87)

IGREJA CATÓLICA DO BRASIL FILIA-SE A ORGANISMO ECUMÊNICO

A Igreja Católica do Brasil, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), tornou-se membro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) - organismo ecumênico, com sede em Genebra, Suíça, que reúne mais de trezentas denominações cristãs do mundo. Em janeiro passado, o Conic, do qual a CNBB é uma das entidades fundadoras, filiou-se ao Conselho Mundial. O pedido de filiação do Brasil foi aprovado, a nível nacional, em novembro do ano passado, em Porto Alegre (RS), na segunda assembléia geral do Conic. Participam do Conic as Igrejas Católicas, Metodista, Presbiteriana Unida, Episcopal do Brasil, Cristã Reformada e Evangélica de Confissão Luterana. (FSP - 12/2/87)

ARCEBISPO INICIA NEGOCIAÇÕES COM INVASORES DE ÁREA DA IGREJA EM GO

Numa ação rápida e organizada, 640 moradores da região leste da periferia de Goiânia (GO) invadiram dia 23 de janeiro último, uma área de 29 hectares pertencente à arquidiocese católica local. Os invasores querem que a área seja loteada e entregue às famílias. O arcebispo de Goiânia (GO), d. Antônio Ribeiro, determinou o início de negociações e a realização de um cadastramento, para verificar a situação sócio-econômica de cada família. D. Antônio disse ontem, às 15h, em Goiânia, por telefone, que a invasão "resultou de uma manipulação político-partidária, com apoio de uma facção da Assembléia de Deus, na região leste goiana". Não especificou, contudo, que partidos ou grupos políticos teriam organizado a invasão da área. De acordo com o arcebispo, os primeiros resultados do cadastramento feito pela Igreja indicam que 60 a 70% dos invasores são pessoas de renda média, muitos dos quais pequenos comerciantes que já estariam revendendo lotes da área, onde funcionam o Centro Pastoral D. Fer-

Índios

CIMI APONTA AÇÃO DE "GRILEIRO" NA MORTE DE 3 ÍNDIOS

Três índios xacriabás foram assassinados na madrugada de ontem e uma índia foi ferida por "15 homens armados, chefiados pelo grileiro Amaro", que invadiram a casa de um deles, na reserva de Itacarambi, norte de Minas, segundo o coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Fábio Alves dos Santos. Ele disse que em outubro enviou ofício ao delegado da Funai em Minas, Lúcio Flávio Coelho, pedindo providências para evitar que Amaro cumprisse as ameaças de morte que fazia contra um dos índios assassinados ontem, Rosalino Gomes de Oliveira, e contra o cacique Rodrigo. O coordenador do Cimi acusou o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula (PFL) de, "junto a outros grileiros, como os empresários Manoel Caribé Filho, Aécio Pereira Costa e Paulo Roque", de incentivar o conflito entre os índios e posseiros que ocupam parte da reserva Xacriabá, por terem interesse na área indígena. Fábio dos Santos informou que, além de Rosalino, morreram os índios José Teixeira e Manoel Fiúza da Silva e foi ferida a mulher de Rosalino, Anísia. Disse que a reserva xacriabá de Itacarambi foi demarcada em 1979, com 46 mil 414 hectares, onde vivem 4 mil 500 índios. Os conflitos entre índios e grileiros, que são "políticos e grandes empresários", disse, remontam a 1967, quando a Ruralminas (Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário) elaborou um projeto de desenvolvimento para o Norte de Minas. (JB - 13/2/87)

FUNAI PROCURA O ACORDO NA ALDEIA DOS XACRIABÁS

O Presidente da Funai, Homero Jucá Filho, chegou ontem à reserva indígena de Xacriabá, no município de Itacarambi, Norte de

nando e o Seminário Arquidiocesano Santa Cruz. Segundo d. Antônio, a área "sempre cumpriu destinação social", tendo servido à Apta (Assistência ao Pequeno Trabalhador Autônomo) e ao Aprendizado Agrícola São José. Além de uma equipe de cadastramento, a arquidiocese instalou na área invadida uma barraca para uma equipe de negociação - formada por padres, religiosos e leigos -, que está propondo a manutenção, nos 29 hectares, apenas das famílias de baixa renda comprovada. (FSP - 11/2/87)

ÚLTIMO LIVRO DE BOFF GERA POLÊMICA

O último livro do frei Leonardo Boff, "A Trindade, a sociedade e a libertação" (Editora Vozes, 1986), que trata do mistério da Teologia da Libertação, está sendo criticado pelos membros da Comissão Arquidiocesana Para a Doutrina da Fé do Rio. Punido em 1985 pelo Vaticano, com onze meses de silêncio pelas idéias que defendeu no livro "Igreja: carisma e poder" (Vozes, 1981), em processo deflagrado em 1982 por iniciativa da Comissão Arquidiocesana, Leonardo Boff, disse ontem suspeitar esteja em curso um movimento contra o seu último livro semelhante àquele que resultou na sua condenação em 85. O bispo-auxiliar do Rio, d. Karl Josef Romer, presidente da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, ao proferir um curso sobre espiritualidade a religiosas em janeiro, no Rio, considerou o livro de "uma periculosidade indizível". Frei Leonardo Boff, antes de participar ontem de um culto ecumênico no Circo Voador (Lapa, centro do Rio), disse que não tem conhecimento de uma ação oficial contra o livro mas que não ficará surpreso se ela existir: "D. Romer, bispo-auxiliar de d. Eugênio Salles, é conhecido no episcopado por sua obsessão na cata de heresias e de doutrinas que não lhe soam bem". Na palestra que deu para as religiosas em janeiro, d. Karl Romer afirmou também que o livro de Boff "tem coisas gravíssimas", e criticou a interpretação que faz sobre a Santíssima Trindade. (FSP - 16/2/87)

Minas, onde foram assassinados, quinta-feira passada, três índios e um posseiro. Ele tentará um acordo na ocupação daquelas terras. Policiais federais e militares continuaram ontem mantendo a ordem na aldeia, enquanto o grileiro Francisco Amaro, que comandou a chacina dos índios, ainda não foi detido. Os posseiros querem indenização pelos benefícios que fizeram na aldeia de Sumaré, onde estão acampados, e que fica na reserva Xacriabá. (O GLOBO - 15/2/87)

FUNAI CONTRATA EMPRESA E VAI MAPEAR TERRAS INDÍGENAS

A Funai contratou a empresa de engenharia de aero-levantamentos Aerodata, de São José dos Pinhais, Paraná, através de concorrência pública, para a regularização da área indígena de Sede Trentin. Sete empresas se inscreveram para a licitação, segundo informações prestadas pelo delegado da Funai, Sebastião Fernandes. A Aerodata vai fazer a demarcação topográfica dos 15 mil e 100 hectares da área que compreendem os municípios de Xanxerê, Abelardo Luz, Xaxim, e Sede Trentin, onde estão situadas as reservas indígenas da região oeste. Os trabalhos, segundo Fernandes, deverão ser iniciados dentro de um prazo de 60 dias. O custo total será de 625 mil cruzados. As áreas indígenas foram criadas já há algum tempo, mas a demarcação somente agora será procedida. (JORNAL DE SANTA CATARINA/SC - 6/2/87)

ELETRONORTE INDENIZARÁ ÍNDIOS WAIMIRI-ATROARI

Os índios Waimiri-Atroari serão indenizados pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte). É que parte de seu território de 120 quilômetros quadrados será inundado pelas águas da Hidrelétrica de Balbina que está sendo construída no município de Presidente Figueiredo (Manaus). O anúncio da medida foi feito ontem, em Manaus, pelo indianista Sebastião Amâncio, superintendente regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), que

estima em 3% da área Waimiri-Atroari a ser inundada. Amâncio não sabe de quanto será a indenização, a ser decidida em reunião conjunta, ainda este mês, envolvendo Funai, Eletronorte, Universidade do Amazonas, e outras entidades de apoio à causa indígena. (FOLHA DA TARDE/SP - 5/2/87)

AFASTADA AMEAÇA DE CONFRONTO INDÍGENA

"O clima na área dos índios zoros, em Aripuana, é de tranqüilidade. A Polícia Federal mantém ainda alguns agentes no local, e ameaça de confronto está afastada por enquanto" - afirmou ontem o assessor da superintendência da Funai em Mato Grosso, Eugênio Miguéis Filho. Ressaltando que o problema é a falta de definição dos limites reais da reserva demarcada dos zoros. A questão será discutida pelo grupo Interministerial, o Gruão, que reúne representantes dos Ministérios do Interior e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, além da própria Funai. No final do mês de setembro do ano passado, uma equipe da Funai apoiada por agentes da Polícia Federal, Polícia Militar, Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) e do Incra - estiveram na reserva dos zoros e interditaram a área, onde uma parte estava ocupada por diversas serrarias e por famílias de posseiros. Na reserva - situada no Município de Aripuana, 1.200 km ao Norte desta Capital - vivem hoje 300 índios, numa área de 432 mil hectares. (DIÁRIO DO GRANDE ABC/SP - 10/2/87)

Internacionais

ANISTIA RESPONSABILIZA GOVERNO POR MASSACRE DE PRESOS NO PERU

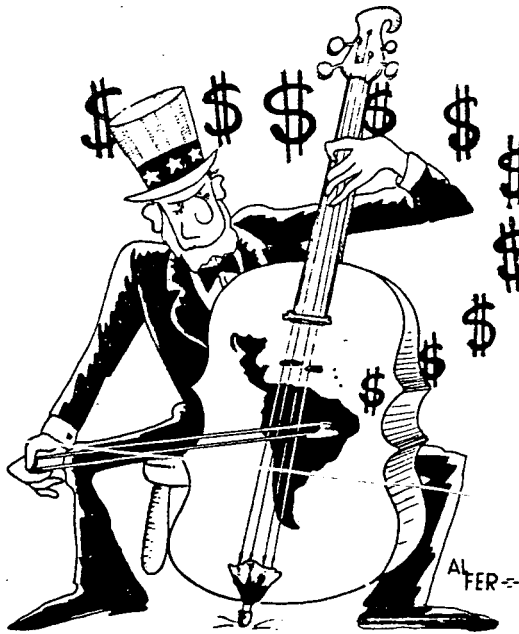
A Anistia Internacional, organização civil de defesa dos direitos humanos com sede em Londres, divulgou ontem um relatório acusando o governo do Peru de assassinar deliberadamente centenas de presos políticos durante as rebeliões ocorridas em três penitenciárias do país em junho

do ano passado. O relatório divulgado pela organização em Londres afirma que todo pavilhão de celas foi dinamitado. pelos soldados do governo, soterrando dezenas de detentos que já se haviam rendido. As rebeliões tiveram início no dia 18 de junho, quando cerca de 350 presos - em sua maioria guerrilheiros do Sendero Luminoso - tomaram as penitenciárias de El Frontón, Lurigancho e Santa Barbara (feminino), mantendo os guardas como reféns. No dia seguinte, as autoridades reocuparam os presídios à força utilizando, segundo a Anistia Internacional, artilharia, morteiros, foguetes e bazucas. De acordo com o relatório de 74 páginas, todos os 124 presos de Lurigancho foram mor-

tos, mas pelo menos cem se renderam e foram executados. (FSP - 9/2/87)

ÁFRICA DO SUL MANTÉM NA PRISÃO CERCA DE 300 CRIANÇAS

O Governo da África do Sul divulgou ontem uma lista dos nomes de quatro mil negros - entre as quais 281 crianças de 11 a 14 anos de idade - todos detidos há mais de 30 dias sem acusação formal, com base no estado de emergência em vigor. Agora eleva-se a 13 mil o total oficial de presos desde o dia 12 de junho de 1986, data em que o Presidente Pieter Botha decretou o estado de emergência. (O GLOBO - 13/2/87)



EUA ADMITEM INTERVENÇÃO MILITAR NA NICARÁGUA

O Secretário de Estado, George Shultz, advertiu ontem ao Congresso que se os programas de ajuda aos rebeldes anti-sandinistas forem suspensos, os Estados Unidos poderão ver-se obrigados a intervir diretamente na Nicarágua para barrar a expansão do comunismo na América Central. Recordando a crise dos mísseis em Cuba, que quase levou EUA e URSS a um confronto

em 1962, Shultz disse: "A perspectiva de uma segunda base comunista no Hemisfério persuadirá os soviéticos de que podem ir mais longe, certos de que não temos vontade nem capacidade para defender nossos interesses no mundo". Em discurso ante a Associação Americana de Advogados, seção Nova Orleans, Shultz criticou os opositores dos programas de ajuda aos rebeldes, assinalando que sua atitude prejudica a confiança externa nos EUA. (O GLOBO - 13/2/87)

ACOMPANHAMENTO - CONSTITUINTE

Informativo INESC

Nesta segunda semana de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, os trabalhos e discussões foram centrados, principalmente, na elaboração do regimento interno. Foram apresentadas mais de 1.300 emendas ao anteprojeto do mesmo, encaminhadas a seu relator, Senador Fernando Henrique Cardoso. Dentre as centenas de emendas que atendem aos interesses populares, destacamos as seguintes:

1. Da Deputada Constituinte Rose de Freitas, PMDB-ES, garantindo o acesso de populares à Tribuna do Plenário da Constituinte para colocarem as suas reivindicações.
2. Da Deputada Constituinte Ana Maria Rattes, PMDB-RJ, que garante ampla e permanente participação popular nas comissões e subcomissões da Constituinte, através de suas entidades, devidamente credenciadas na mesa da Constituinte, através de suas entidades, devidamente credenciadas na mesa da Constituinte.
3. Do Partido dos Trabalhadores:
 - a) Garante a realização de "referendum" popular ao projeto da nova Constituição votado pela Constituinte, para sua aprovação ou rejeição pelo povo. Se o mesmo for aprovado por maioria será promulgado. Se for rejeitado, a Assembléia Nacional Constituinte convocará eleições para uma nova Assembléia Nacional Constituinte. Durante o processo de "referendum" será garantido o acesso paritário de todos os partidos aos meios de comunicação.
 - b) Garante que todos os constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.
 - c) Garante que os pedidos de destaques, para votação em separado serão concedidos pelo presidente da Assembléia, mediante a solicitação de líder de bancada ou de vinte constituintes. Esta emenda é particularmente importante porque, no anteprojeto existente, cabia exclusivamente ao presidente da Constituinte, decidir sobre a colocação ou não dos destaques em votação.
 - d) Garante que a presidência da mesa designará um de seus membros para receber, das entidades, as sugestões sobre matéria constitucional, e remetê-la as comissões respectivas.
 - e) As "questões de ordem" serão resolvidas não apenas pelo presidente, como está no anteprojeto, mas que caberá recurso ao plenário.
 - f) A ANC exercerá, com o apoio de uma comissão de triagem e fiscalização composta de 60 membros, todas as funções inerentes ao Legislativo, ficando suspenso o funcionamento do Congresso Nacional e de suas duas casas, será garantida a presença de 1 representante de cada bancada na mesma. As mesas da Câmara e do Senado caberá unicamente deliberar sobre matéria administrativa. Mesmo a Comissão de triagem só poderá selecionar para votação matérias de extrema urgência.
 - g) Exceto na eleição dos membros da mesa da Constituinte, não haverá votação por escrutínio secreto.

4. Do Partido Democrático Trabalhista:

- a) Qualquer tema constitucional que tenha tido votação contrária de 20% dos constituintes será levado a plebiscito.
- b) Devolve aos deputados e senadores suas reais prerrogativas, retiradas pela legislação de excessão.
- c) Garantindo a soberania da Constituinte - entendendo-se como tal, privativamente, legislar, discutir, modificar o texto constitucional vigente, aprovar e promulgar resoluções e leis constitucionais - a mesma terá diariamente 15 minutos no rádio e na TV. E nas TVs Educativas, 1 hora. E mais 1 hora mensal em rede nacional de rádio e TV.

Com relação à emenda sugerida pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, temos a informar que já recebemos muitos telegramas de todo o País de apoio a mesma, que foram encaminhados ao relator, Fernando Henrique Cardoso. A emenda foi apresentada pelo Senador Mário Covas, tendo os seguintes pontos principais:

No mesmo prazo concedido aos constituintes, desde que subscritas por mais de 30 mil cidadãos brasileiros, em listas organizadas por pelo menos três entidades associativas legalmente constituídas. A assinatura do cidadão deverá ser acompanhada do endereço e de número do título eleitoral. Protocolada perante a mesa da Constituinte, esta se manifestará em 48 horas sobre o seu recebimento para tramitação. Negada pela Mesa a tramitação da emenda, caberá recurso, desde que requerido por cinquenta e seis constituintes num prazo de três sessões, a partir daquela em que for comunicada ao Plenário a decisão negativa. A emenda terá a mesma tramitação que as de autoria de constituintes. Durante a sua discussão pela comissão a que tiver sido encaminhada, um dos signatários indicado para este fim no encaminhamento da emenda à mesa, terá na comissão direito a usar da palavra durante 20 minutos para justificá-la.

Até o dia 19 de fevereiro poderão continuar a ser enviados - diretamente ou via INESC - telegramas ao relator Senador Fernando Henrique Cardoso, apoiando emendas de interesse da sociedade civil. A partir desta data, até o dia da votação, poderão ser enviados telegramas aos deputados constituintes para que votem de acordo com os interesses populares.

INESC - 16/02/87

Servos Livres

José Bittencourt Filho

Os quatro capítulos que compõem a obra, o autor explora a questão dos desafios missionários que se colocam para as Igrejas evangélicas neste final de século. Trata-se de uma adaptação do primeiro capítulo da tese de doutoramento de Emílio Castro, escoimado das marcas acadêmicas. Daí, sua penetração e acessibilidade a todos que lidam na linha de frente da prática pastoral e evangelizadora.

A categoria *Reino de Deus* informa todo o conteúdo do livro, como um elemento permanente que atravessa todas as reflexões. Com efeito, tal categoria adquire nova dimensão a partir das lutas concretas dos cristãos terceiromundistas, contra todas as formas de opressão causada pela ação das forças anti-Reino.

A originalidade da obra, porém, reside no trato da questão da *missão* em sintonia com a imprescindível unidade dos cristãos. Tal unidade não é vista apenas como uma categoria abstrata, mas presente nos esforços concretos que o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) com suas centenas de igrejas filiadas e pertencentes a todos os quadrantes do mundo, vem realizando.

O autor demonstra como a reflexão realizada nas assembléias que o Conselho promove a cada sete anos, segue uma trajetória ascendente de conciliação entre *missão* e *unidade*, tendo o Reino como horizonte. Outrossim, Emílio Castro desvanece imagens equivocadas e preconceituosas quanto aos objetivos do CMI, que lamentavelmente têm sido disseminados amplamente nos ambientes evangélicos latino-americanos, pelos interesses conservadores e reacionários.

Emílio Castro consegue também precisar o alcance e o âmbito da expressão *Reino de Deus*, como elemento fundamental da linguagem religiosa e teológica do Cristianismo, na medida que o relaciona com as situações concretas nas quais vivem as maiorias empobrecidas dos países periféricos.

Por outro lado, o autor explora de maneira magistral o tema da *livre servidão* daqueles que possuem o dever maior de proclamar o Reino, no clima da plena liberdade dos filhos de Deus.

De forma didática, o texto apresenta uma temática abrangente e de grande profundidade, que torna muito agradável a leitura do livro, que retoma e reinaugura o debate em torno de um tema complexo, marcado pelas paixões denominacionais.



Servos Livres - Missão e unidade na perspectiva do Reino

Emílio Castro, Coleção Protestantismo e Libertação, CED/Edições Liberdade, 1986, 130 p., Cz\$ 5,00.
